

REABILITAÇÃO INCLUSIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DESAFIOS E REINVENÇÕES

INCLUSIVE REHABILITATION OF PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENT: CHALLENGES AND REINVENTIONS

REHABILITACIÓN INCLUSIVA DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL: DESAFÍOS Y REINVENCIONES

Erico Gurgel Amorim¹, Jacileide Guimarães²

DOI: 10.54899/dcs.v22i81.3166

Recibido: 07/08/2025 | Aceptado: 18/08/2025 | Publicación en línea: 27/08/2025.

RESUMO

A reabilitação conforme o modelo social da deficiência tem como objetivo promover novas perspectivas de vida. No entanto, os indivíduos com deficiência visual continuam a enfrentar diariamente barreiras à operacionalização deste modelo, com impacto nos seus objetivos de vida e direitos. Para entender essa dinâmica, este estudo objetiva identificar os desafios e reinvenções na reabilitação de pessoas com deficiência visual. A investigação, de natureza qualitativa e realizada por meio de grupos focais, foi fundamentada teoricamente no modelo social da deficiência (Barnes, 2010; Shakespeare, 2018) e na análise sociopolítica da deficiência no Brasil (Diniz, 2012). A partir da análise de conteúdo temática, emergiram dois eixos centrais: O primeiro aborda os desafios da reabilitação inclusiva, destacando as categorias de: acessibilidade como precursora da inclusão; obstáculos à comunicação inclusiva; e os impactos do estigma social na experiência da invisibilidade. O segundo eixo descreve as reinvenções existenciais dos participantes, englobando categorias como: aceitação e reconstrução da autoimagem no processo de subjetivação; e a abertura de novos caminhos rumo à emancipação. Os resultados apontam para a necessidade de uma reconceitualização da deficiência visual como um elemento potenciador da emancipação individual e da promoção da inclusão social.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência Visual. Estigma Social. Reabilitação. Inclusão Social.

ABSTRACT

Rehabilitation, when framed by the social model of disability, aims to empower individuals and renew their life prospects; however, visually impaired individuals continue to face persistent barriers that hinder the practical application of this model, consequently impeding their life goals and fundamental rights. This study, therefore, explores the challenges encountered and the

¹ Doutor em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - campus Universitário Lagoa Nova, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: ericogur@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3473-2077>

² Doutora em Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - campus Universitário Lagoa Nova, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: jaciguim@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4664-5886>

processes of reinvention within the rehabilitation of people with visual impairments. The research is theoretically grounded in the social model of disability (Barnes, 2010; Shakespeare, 2018) and is contextualized through a sociopolitical analysis of disability in Brazil, drawing upon the work of Diniz (2012). Adopting a qualitative methodology, the study utilized focus groups with visually impaired participants, and the collected data were analyzed through thematic content analysis, which revealed two primary themes. The first, "Challenges in Inclusive Rehabilitation," addresses the obstacles to full participation, comprising key categories such as accessibility as a prerequisite for inclusion, barriers to inclusive communication, and the experience of social invisibility stemming from stigma. The second theme, "Existential Reinvention," describes the participants' transformative journeys, including the acceptance and reconstruction of self-image and identity and the forging of new pathways toward emancipation. Ultimately, the findings indicate a critical need to re-conceptualize visual impairment not as a deficit, but as a potential catalyst for fostering individual emancipation and advancing social inclusion.

Keywords: Visually Impaired Persons. Social Stigma. Rehabilitation, Social. Inclusion.

RESUMEN

La rehabilitación, desde la perspectiva del modelo social de la discapacidad, tiene como objetivo fomentar nuevas perspectivas vitales. No obstante, la implementación de este modelo enfrenta obstáculos significativos para las personas con discapacidad visual, quienes se encuentran con barreras cotidianas que repercuten negativamente en la consecución de sus objetivos y en el ejercicio de sus derechos. En este contexto, el presente estudio explora los desafíos y las reinversiones existenciales en el proceso de rehabilitación de dicha población. La investigación se fundamenta teóricamente en el modelo social de la discapacidad (Barnes, 2010; Shakespeare, 2018), contextualizado mediante un análisis sociopolítico de la discapacidad en Brasil (Diniz, 2012). Para ello, se empleó una metodología cualitativa, implementada a través de grupos focales con personas con discapacidad visual. El análisis de contenido temático de los datos reveló dos ejes centrales. El primero aborda los desafíos para una rehabilitación inclusiva, destacando categorías como la accesibilidad en tanto precursora de la inclusión, los obstáculos en la comunicación y el impacto del estigma social en la experiencia de la invisibilidad. El segundo eje describe las reinversiones existenciales de los participantes, abarcando procesos de aceptación y reconstrucción de la autoimagen, así como la apertura de nuevos caminos hacia la emancipación. Los hallazgos evidencian la necesidad de reconceptualizar la discapacidad visual, no como una limitación, sino como un elemento catalizador para la emancipación individual y la promoción efectiva de la inclusión social.

Palabras clave: Personas con Daño Visual. Estigma Social. Rehabilitación. Inclusión Social.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A deficiência visual é muito mais do que uma condição física; é um fenômeno complexo

que transcende os limites do corpo individual, influenciando profundamente a dinâmica social, econômica e emocional das pessoas afetadas por ela. Caracterizada pela ausência parcial ou total da visão, de caráter irreversível, a deficiência visual desencadeia uma série de desafios que vão além das limitações sensoriais, afetando diretamente a participação na sociedade, a autonomia pessoal e social, e até mesmo a saúde física e mental (Amorim; Guimarães, 2017).

Ao longo das primeiras duas décadas do século XXI, a saúde das pessoas com deficiência foi incorporada, ainda que de forma incompleta, na agenda política nacional, refletindo-se na elaboração de portarias, diretrizes e leis. Em 2002 foi instituída a política nacional de saúde da pessoa com deficiência. Em 2012, foi instituída a Rede de cuidados à pessoa com deficiência, ambas atualizadas em 2023 (Brasil, 2023).

De acordo com a política nacional de atenção integral à saúde da pessoa com deficiência, os cuidados prestados à pessoa com deficiência visual deverão avançar na universalidade, na equidade, na integralidade e na humanização, tendo como eixo central o projeto terapêutico singular, e devem estar alocados em pontos articulados entre os seguintes componentes: atenção primária à saúde (unidade básica de saúde, estratégia de saúde da família, equipes multiprofissionais - emult) e atenção especializada (centro especializado em reabilitação, centro de especialidade odontológica, hospitais de reabilitação e urgências e emergência). Entre as ações estratégicas destaca-se a de possibilitar a reabilitação com foco na funcionalidade, autonomia e inclusão social (Brasil, 2023).

Na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, incorporada no sistema legislativo brasileiro sob status de emenda constitucional (Brasil, 2009), a reabilitação é um direito fundamental e inviolável. Ela tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social (Brasil, 2015).

Todavia, apesar de propostas inovadoras e avanços legislativos recentes, a persistência de um enfoque prioritário nos aspectos biomédicos da deficiência e da reabilitação tem se revelado anacrônico e insuficiente para superar as injustiças sociais, tanto pela ausência de intervenções integradas inclusivas, quanto por não proporcionar o repensar dos determinantes da deficiência. Segundo o modelo médico-individual da deficiência, ao focar na anormalidade patológica, na limitação funcional, na invalidez, na tragédia pessoal e na correção, reforça a ideia de que o defeito está na pessoa, que porta uma marca e se desvia da norma. Tem por base o positivismo, o

cartesianismo, a dualidade mente versus corpo e o corpo visto como uma máquina a ser corrigida e devolvida à sociedade (Giddens, 2013; Andrews, 2019; Barnes, 2010).

Por outro lado, o paradigma da inclusão social, alinhado com o modelo social da deficiência, contempla em seu escopo de análise as barreiras físicas e sociais incapacitantes impostas pela sociedade, as desvantagens, a opressão social, a responsabilidade individual e coletiva e as estratégias políticas (Barnes, 2010; Shakespeare, 2018). Nessa perspectiva, ao tensionar por uma compreensão não mais biológica, mas sociopolítica, cultural e emancipadora da deficiência, cabe à sociedade se transformar para acolher a todas as diferenças e se democratizar, com subsídio nos direitos humanos, nos princípios de solidariedade humana, pluralidade e justiça social (Diniz, 2012). Assim, o aprofundamento das intersecções entre a reabilitação de pessoas com deficiência visual e os desafios para sua efetiva implementação, quando analisados sob o prisma do modelo social da deficiência, ainda permanece escasso na literatura científica. A lacuna de conhecimento nessa área impede uma compreensão mais abrangente dos obstáculos sistemáticos que afetam diretamente a qualidade de vida dessas pessoas.

Pesquisas com esse enfoque têm potencial para identificar, avaliar e problematizar tanto as experiências individuais quanto as coletivas que se manifestam no atual contexto de inclusão/exclusão social. Ao dar voz às vivências das pessoas com deficiência visual, torna-se possível evidenciar os múltiplos fatores sociais, ambientais e institucionais que limitam sua plena participação na sociedade.

Nesse sentido, este trabalho busca identificar os desafios pessoais e as barreiras contextuais enfrentadas por pessoas com deficiência visual em seu cotidiano durante o processo de reabilitação. Ao utilizar como referencial teórico o modelo social da deficiência, pretende-se analisar criticamente como as estruturas sociais, e não apenas as limitações físicas, moldam as experiências de inclusão e exclusão vivenciadas por essa população.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e reflexiva para investigar a reabilitação de indivíduos com deficiência visual e os desafios enfrentados no cotidiano. A opção pela pesquisa qualitativa visa compreender profundamente a experiência de mundo singular dos indivíduos cegos, considerando a cegueira como uma modalidade sensorial distinta, resistindo à

simplificação de experiências homogeneizantes, mas antes, atentando para os diversos "modos de perceber, significados, pedagogias, técnicas e estratégias específicas para viver num mundo predominantemente visual (Von Der Weid (2017), p. 2.

A reflexividade adotada baseia-se na exploração da interconexão entre o contexto empírico, o pesquisador e seu trabalho e, conseqüentemente, entre o campo de estudo e a vida social. Essa abordagem busca compreender o ser humano no mundo por meio de experiências únicas, traduzidas em linguagem, reflexão e interpretação do narrado e vivido, entrelaçadas pela cultura (Minayo e Guerriero, 2014).

Os participantes desta pesquisa foram selecionados entre indivíduos com idade superior a 18 anos, de ambos os sexos, que se autodeclararam pessoas com deficiência visual, de origem adquirida ou congênita, abrangendo desde pessoas cegas totais até aquelas com baixa visão. Para a coleta e construção dos dados, empregou-se a técnica de grupo focal, que consiste em sessões grupais de comunicação interativa, centradas em um tema específico a ser discutido pelos participantes (Ressel et al., 2008). Esta abordagem permite a emergência das vozes dos participantes, focalizando os discursos dentro de suas singularidades, sem desconsiderar os consensos e dissensos revelados.

Os grupos foram compostos por seis a oito indivíduos, conforme proposto por Barbour, 2009), foi cuidadosamente formado, garantindo diversidade demográfica e experiências distintas de reabilitação, enriquecendo assim a coleta de dados. Deste modo, foram realizadas três sessões de grupos focais, compatível com o que Guest, Namey e McKenna (2017) recomendam para identificar todos os temas prevaletentes dentro do conjunto de dados em um estudo de investigação na área da saúde.

A análise de conteúdo temática foi aplicada em três etapas principais: pré-análise, com uma leitura detalhada para definição do corpus e reavaliação dos objetivos; exploração do material, envolvendo a codificação sistemática e categorização dos dados; e tratamento dos resultados, onde foram extraídos significados e tecidas interpretações a partir dos núcleos de sentido identificados (Minayo, 2012).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) da UFRN, e todos os participantes assinaram termos de consentimento acessíveis, com auxílio de guia de assinatura. As sessões de grupo focal foram gravadas, transcritas e revisadas minuciosamente. Para garantia do sigilo dos participantes, estes foram identificados por pseudônimos referentes a personagens históricos com deficiência visual

e contribuição aos campos científico, artístico ou paraesportivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo visa aprofundar o entendimento dos principais desafios e transformações identificados pelos participantes ao longo de seus processos de reabilitação. Nesse sentido, as categorias emergentes foram organizadas em dois eixos fundamentais: o primeiro aborda os desafios enfrentados na busca por uma reabilitação inclusiva, destacando categorias como acessibilidade como precursora da inclusão, obstáculos à comunicação inclusiva e os impactos do estigma social na experiência da invisibilidade. Já o segundo eixo descreve as transformações existenciais vivenciadas pelos participantes, englobando categorias como aceitação e reconstrução da autoimagem no processo de subjetivação e a abertura de novos caminhos rumo à emancipação. Essas categorias buscam fornecer uma compreensão aprofundada das experiências individuais e coletivas dos participantes, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre o processo de reabilitação e suas implicações na vida das pessoas com deficiência visual.

Acessibilidade como Precursora da Inclusão

A acessibilidade assume-se, na atualidade, como um marcador dos avanços em direitos por igualdade de oportunidades, porém ainda pouco praticada. É um leme que tenta nortear as ações em âmbitos públicos e privados para alcançar um novo patamar de civilidade e justiça. É composta pela concepção de espaços, artefatos e produtos que atendam a todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável (Fló; Muchale, 2016). Não apenas permite a liberdade de locomoção, como também de acessar ações rotineiras como estudar, trabalhar, ter lazer, esporte, saúde etc., além do gerenciamento de modo seguro e confiante dos rumos da própria vida. a esse exemplo: “Hoje se você anda nos bancos tem, né, aquelas coisas lá pra você andar, principalmente você tando com a bengala, já tem a questão do braille, se você quiser ir num elevador, num banheiro, você vai” (LEONHARD EULER).

No Brasil, a acessibilidade foi tratada pela primeira vez em termos jurídicos e normativos na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978, ao assegurar às pessoas com

deficiência a melhoria de sua condição social e econômica, garantindo educação especial; assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País; proibição de discriminação; e, acessibilidade. Entretanto, sua eficácia ficou comprometida em razão da ditadura militar (Piovesan, Silva e Campoli, 2015).

A acessibilidade desempenha um papel crucial no processo de reabilitação de pessoas com deficiência visual, impactando diretamente sua qualidade de vida e capacidade de adaptação à perda de visão, permitindo-lhe interação social significativa (Joisten et al., 2014). Ambientes e serviços acessíveis permitem intervenções de reabilitação oportunas, que são essenciais para a adaptação eficaz e a independência dos indivíduos (Mašić et al., 2016). Além disso, ajuda a ultrapassar desafios, promover a resiliência e melhorar o bem-estar geral e a participação na sociedade (Takshara; Bhuvaneswari, 2025).

A acessibilidade é antes de tudo um princípio, um direito a ter outros direitos e um dos meios para se alcançar a cidadania e a inclusão social (Setubal, Fayan e Coelho, 2017). Ela tem uma vasta dimensão ao englobar desde as nossas atitudes até as demais adaptações necessárias para uma inclusão verdadeira. Todavia, quando há deficiência visual, o enfrentamento da vida pode ser mais exigente, e quando as barreiras em atitudes gerais, legislação, estruturas sociais, culturais ou físicas não são removidas, há maior risco de solidão, de perdas de oportunidades para o trabalho, educação, lazer, cultura e desporto, acarretando na via final comum da exclusão (Brunes, Hansen e Heir, 2019; Von der Weid, 2018). e, como nos alerta a entrevistada Helen Keller: “Piso tátil que eu conheça, que eu saiba, é pra poder o cego ser guiado, dentro de uma escola, que era pra ser em todos os lugares, né, e pra falar a verdade, quase não é em lugar nenhum”.

Piso tátil, segundo a NBR 905027, é aquele caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão²⁷(p. 5). A disponibilização de piso podotátil e em alto contraste em espaços de uso coletivo, públicos ou privados, é garantida pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), juntamente a adequações de acessibilidade universal que incluem reformas para eliminação de barreiras arquitetônicas, instalação de rampas de acesso, elevadores, corrimãos, sinalização tátil com informação ampliada, e tamanho adequado para pessoas com baixa visão (Setúbal; Fayan ; Coelho, 2017). Desse modo, sem acessibilidade, a pessoa com deficiência vivencia a apartação de relações sociais, de sua produção de sentidos e de sua emergência no mundo.

Obstáculos à Comunicação Inclusiva

A comunicação inclusiva enfrenta uma série de obstáculos que impactam negativamente a interação eficaz em diversos contextos da vida, especialmente para aqueles com deficiência visual. Estes desafios são multifacetados, originando-se de fatores pessoais, situacionais e ambientais, e têm ramificações significativas em áreas como relações familiares, educação, trabalho, saúde e reabilitação.

A falta de consciência e sensibilidade por parte dos prestadores de serviços é um dos principais obstáculos encontrados. Muitas vezes, indivíduos com deficiência visual são subestimados ou ignorados, com o interlocutor se dirigindo a acompanhantes em vez de se comunicar diretamente com eles. Esse comportamento pode refletir desconhecimento, ignorância ou até mesmo preconceito por parte dos prestadores de serviços, comprometendo assim a autonomia e dignidade desses indivíduos. Como afirma Andrea Bocceli: "aconteceu de eu chegar numa clínica pra ser atendido, quando a recepcionista me chamou tava com a minha ficha e ela disse que minha filha podia assinar por mim. Então eu disse: não, a minha filha é só a minha acompanhante, o paciente aqui sou eu, tá aqui o meu guia de assinatura que foi uma coisa que eu nunca me separei. Eu disse: eu perdi a minha visão, mas não fiquei analfabeto".

A vulnerabilidade da pessoa com deficiência visual também passa pelas construções sociais. É o caso de políticas de identidade que produzem e reforçam práticas sociais de manutenção de certos tipos imutáveis de identidade, como o do fraco, inválido, incapaz, submisso ou irresponsável. Não importa o quanto os sujeitos intencionem sair de certas situações, eles são presos e incapazes de se realizar e se assumir como pessoas (Wagner et al., 2020). Isso é reforçado por Democritus: "muitas experiências são nesse sentido, se dirigirem apenas para o acompanhante".

Assim, a partir de gatilhos pessoais, situacionais ou ambientais, ter uma deficiência visual afeta a comunicação entre intercomunicantes numa relação que se estabelece entre familiares, no sistema educacional, no trabalho, na comunidade, nos serviços de saúde e de reabilitação. Por conseguinte, a possibilidade de se comunicar com um interlocutor diretamente de maneira fluida e eficaz é presumidamente afetada, o que pode ocasionar dificuldade em realizar plenamente certas atividades e contribuir para fracassos relacionais e terapêuticos (ONCE< 2011).

A insegurança, distanciamento, hostilidade e despreparo da equipe de prestadores de serviços são frequentemente identificados como fatores que contribuem para as falhas na

comunicação com pessoas com deficiência visual (Martins et al., 2015). Além disso, o estigma e as relações de poder dentro do contexto biomédico e institucional perpetuam barreiras para a prestação de cuidados de saúde adequados no sistema público (Vieira; Favoreto, 2018).

Logo, as interações interpessoais e à comunicação, seja em conversação direta ou por meio de mensagens escritas ou não verbais estão Entre as maiores necessidades de reabilitação para as trocas sociais de sujeitos com deficiência visual. A adoção de estratégias de comunicação aprimoradas e conscientização podem reduzir disparidades de saúde e problemas psicossociais como baixa da autoestima, depressão, tédio e solidão, revertendo a tendência ao isolamento e ao afastamento do convívio social (Medeiros et al., 2017). Com isso, os profissionais de saúde e reabilitação devem ser sensíveis aos desafios específicos enfrentados por pessoas com deficiência visual e reconhecer a importância de uma comunicação eficaz e informações acessíveis.

Os Impactos do Estigma Social na Experiência da Invisibilidade

O estigma social associado à cegueira emerge como um elemento central nas narrativas dos entrevistados, conferindo-lhes uma compreensão do peso simbólico que carregam em suas vidas. Trata-se de um fenômeno sociocultural que permeia constantemente o tecido social, alimentando sentimentos de hostilidade, negação e desacreditação do estigmatizado, o que, por sua vez, pode contribuir para o declínio de sua saúde e para a perda de oportunidades de vida.

Conceituado por Goffman (1988), o estigma surge como uma força social que questiona as expectativas normativas em relação aos cidadãos considerados "normais", resultando de interações sociais entre conceitos de normalidade e anormalidade, perfeição e imperfeição, desejabilidade e indesejabilidade, aceitabilidade e inaceitabilidade.

Dentre todas as deficiências, a visual se destaca como aquela mais propensa a causar vitimização social e menos favorecida na avaliação de suas potencialidades individuais (Freitas; Rocha, 2019). Esta predisposição se deve, em grande parte, à valorização cultural da visão, que tende a marginalizar aqueles que não a possuem, influenciando a forma como tanto os afetados quanto seus próximos enfrentam o desafio da perda de visão. "Nos veem apenas como deficiente, você é só o deficiente. É como se você não tivesse mais habilidade pra nada. Como se a visão fosse o todo, né, e assim, pronto, perdeu a visão acabou o mundo..." (DORINA NOWILL).

A negação por parte da sociedade, como relatado pelos entrevistados, pode representar um obstáculo significativo para a reabilitação e inclusão, seja através de microagressões ou pela

limitação das oportunidades emancipatórias. Este fenômeno é particularmente exacerbado em uma sociedade que normatiza comportamentos e capacidades, resultando em estranheza e marginalização daqueles que não se enquadram nessas normas (BERTOTTI et al., 2019). É o que esclarece Helen Keller: "Muitas vezes no corredor, sentavam-se no chão o pessoal lá, os alunos, esticavam a perna no chão e ficavam lá, e eu querendo passar. Eu não tinha como passar porque os alunos estavam ali. Teve vezes que a gente foi passar e a gente não sabia que tinha ninguém no meio, e simplesmente a gente caiu. Porque o pessoal que ficava ali e não avisava: “tô aqui no meio” (HELEN KELLER).

Frequentemente, indivíduos com deficiência são vistos como possuidores de menor status e são de modo rotineiro vítimas de bullying. Este é amplamente definido como exposição repetida a ações físicas ou comportamentais negativas por parte de um ou mais outros ao longo de um período de tempo (Danes-Statles et al., 2013). Acarreta juntamente com o estigma, consequências emocionais negativas, isolamento, solidão, pior qualidade de vida e falta de igualdade de oportunidades. "Eu era muito afetado nessa parte aí na questão da visão, de comentários que creio que todos aqui também já ouviram apelidos... o bullying, a palavra-chave é essa" (RAY CHARLES).

Além disso, ocorre perpetuação de práticas preconceituosas, seja por ação ou por omissão, o que faz reforçar cada vez mais o rótulo do indivíduo desqualificado para o convívio social. Os entrevistados referiram sentir-se à margem da sociedade, ou segregados de espaços de convivência, de órgãos públicos ou privados, de procedimentos médicos e estabelecimentos de saúde, repercutindo o rótulo de sentir-se invisível. "Eu sofri alguns estigmas e algumas segregações em alguns órgãos, tanto da saúde como de outros órgãos, tanto em questões relacionadas à minha deficiência, por ser um deficiente visual, muita gente coloca muitos estigmas. Eu sofri com o estigma de ser invisível. Muitas vezes em alguns procedimentos, exames de laboratórios e até consultas médicas" (STEVIE WONDER).

A aceitação da condição da cegueira, o apoio familiar e de amigos, o apoio institucional e de reabilitação aliados à conscientização social de reconhecer o cego como mais uma das múltiplas possibilidades de viver a vida, são coadjuvantes ao novo modo de conceber a deficiência visual. O transmutar da antiga concepção do cego inválido, desqualificado ou frágil, eleva a condição humana a um patamar de existência mais justa e mais inclusiva, e, como enfatiza Democritus: "Agora só depende da pessoa com deficiência, das instituições, da sociedade... é uma continuação, uma porta pra você abrir para novos horizontes para quem de repente se

encontra em uma situação de limitação” (DEMOCRITUS).

Aceitação e Reconstrução da Autoimagem no Processo de Subjetivação

A aceitação e reconstrução da autoimagem no processo de subjetivação é um território de profundas transformações e desafios, especialmente para aqueles que enfrentam a necessidade de redefinir sua identidade em meio a um mundo que valoriza primordialmente a visão. A jornada de reinvenção se desdobra em diversas camadas, todas fundamentais para encontrar respostas e estratégias de vida num contexto marcado pela visão.

A aceitação e a revalorização de si mesmo emergem como passos cruciais nesse processo de reconstrução, pois sem elas, os esforços reabilitacionais adicionais ficam comprometidos, impactando negativamente a saúde global. Como destacado por Andrea Boccelli, é fundamental o primeiro passo de se aceitar e não se resignar à condição de vítima, buscando ativamente novas possibilidades: "Primeiro a pessoa se aceitar, não aceitar ser coitadinho e fazer o que for possível".

A reabilitação, além disso, surge como um catalisador essencial para a autonomia e a tomada de decisões, capacitando os indivíduos para a plena participação na sociedade. Discursos como os de Stevie Wonder ressaltam a importância de ser protagonista de suas próprias escolhas e de resistir a qualquer forma de paternalismo ou exclusão: "Nós somos donos de nós mesmos. Nós que temos as decisões em mãos. Não é ninguém que tem o direito de tomar a decisão por nós" (STEVIE WONDER).

Outros diálogos fizeram emergir o construto de perceber a Reabilitação como ferramenta aliada para subsidiar um novo olhar, que perpassa a autoafirmação, o empoderamento e o ativismo político. A essência da esperança, da utilização dos outros sentidos, da redescoberta das capacidades funcionais que não se esgotam na visão, da consciência dos direitos de ser pessoa fazem ecoar um discurso que expande a sensação de ser possível manter-se vivo e atuante apesar dos fluxos contrários. "Você pode perder a visão, mas você tem as outras ferramentas, você pode dar continuidade àquilo que você quiser fazer" (LEONHARD EULER).

A cultura da deficiência é um conceito em desenvolvimento “contra-a hegemonia” para a abordagem da tragédia pessoal e uma experiência vivida no coração e na mente de muitas pessoas com deficiências. É um fenômeno intercultural que não conhece fronteiras geográficas, considerado um elemento relevante nas lutas das pessoas com deficiência (Barnes, 2010).

Outro ponto revelado por Ray Charles é a consideração que faz da Reabilitação como via

para a igualdade. Segundo ele: “A reabilitação nos ajuda a mostrar que diante dos outros a gente pode, sim, ser igual a eles” (RAY CHARLES). A igualdade nos faz compreender que diante da vida não há diversidade humana que justifique práticas sociais discriminatórias ou estigmatizantes, e que no contexto de interdependência social todos somos aliados na engrenagem da sociedade. É um lema transnacional e que deve balizar todos os demais direitos ancorados na máxima da liberdade, igualdade e fraternidade que impulsionou o reconhecimento dos direitos humanos em todo o mundo.

A Abertura de Novos Caminhos Rumo à Emancipação

A última resultante da reabilitação inclusiva é a abertura de trilhas para a emancipação. Essa reinvenção pode ser considerada o desfecho sublime onde a pessoa se assume como cidadão legítimo, protagonista de si e do mundo, capaz de semear e colher concretamente tudo aquilo que planejou. O sujeito não é mais o indivíduo, ele é o protagonista nos espaços de transformações mais próximos, mas também o conectado com a sociedade, e passa a exercer ou atuar como quem se ressignificou e construiu nexos, mas, acima de tudo, como cidadão.

Emancipação é o ato de uma inteligência que não obedece, senão a ela mesma, ainda que a vontade obedeça a uma outra vontade. Em outras palavras, é a tomada de consciência da igualdade e da reciprocidade entre a vontade e a inteligência a fim de reencontrar a liberdade, tendo em seu cerne o princípio de veracidade (Rancière, 2008).

"E eu tenho muito o que agradecer, aprendi muita coisa com a reabilitação... e o braille, aula de orientação e mobilidade. O braille foi o que eu fiz lá, logo que eu cheguei tive aula de computação. Até hoje, poesias, poemas..." JANE POULSON). Assim, todos os emancipados são transformados em seres capazes, reassumidos como protagonistas e corresponsáveis pelas mudanças que virão. Assim, ao recrutar mentes coletivas, o engajamento social adquire uma força galvanizante para a inclusão social e para o reconhecimento da igualdade no viver com diversidade.

Ao assumirmos a cultura da deficiência, como valor ético e plural na luta cotidiana, podemos desenvolver a visão para desafiar o pensamento estreito, o segregacionismo e a subalternidade para a emancipação. Isso tornará possível perceber que a identidade de ser cego é apenas uma dentre muitas possíveis formas corporais de habitar o mundo, e finalmente ser capaz de descobrir que a deficiência é tal qual uma peça-chave do incomensurável mosaico humano, a

exemplo do que afirma Dorina Nowill: "É se permitir, se dar oportunidade de conhecer coisas novas, de desenvolver habilidades que até então você nunca imaginaria que poderia desenvolver. Mas eu primeiro tenho que me oportunizar" (DORINA NOWILL).

O ativismo das pessoas com deficiência relaciona-se à defesa da cultura da deficiência, ao empoderamento e ao controle exercidos sobre suas próprias vidas. Ele requer o amadurecimento de uma identidade da deficiência como parte de si mesmo, a qual poderá se converter em orgulho e conexão com a comunidade mais ampla da deficiência (Andrews, 2019). Nesse sentido: "Eu participo aqui do evento que tem aquela mesa-redonda. A professora estava lá dando uma palestra, aí eu disse: "peraí, a gente é capaz" (LEONHARD EULER).

Para que ocorra de fato a emancipação, há de desfazer os muros sociais incapacitantes, o juízo que reconhece a diferença do outro com algo de menor valor, que o desacredita em suas potencialidades. Para o sujeito, oportunizar-se lidar com o novo, redescobrimo a cada dia que há sempre algo a aprender, que somos sujeitos inacabados, mas que podemos transformar o luto em luta, a deficiência em essência, o medo em arte, a vida em poesia e assim florescer.

CONCLUSÃO

Este estudo proporcionou uma compreensão dos desafios e transformações vivenciados por pessoas com deficiência visual em sua jornada cotidiana. A investigação revelou como a sociedade pode e deve atuar como agente transformador na promoção de mudanças estruturais que garantam efetivamente o direito à inclusão. Os participantes identificaram claramente três obstáculos principais que persistem mesmo após processos de reabilitação visual: barreiras de acessibilidade, falhas na comunicação inclusiva e o estigma social enraizado.

Paralelamente, os resultados evidenciaram as notáveis reinvenções existenciais desenvolvidas pelos participantes ao confrontarem esses desafios. A aceitação da condição visual e a reconstrução da autoimagem emergiram como etapas fundamentais para o reencontro do sujeito consigo mesmo, constituindo a base de uma nova subjetividade. A reabilitação, quando abordada numa perspectiva inclusiva, revelou-se uma ferramenta transformadora capaz de possibilitar um novo olhar sobre si e sobre o mundo, fomentando autonomia, empoderamento e, em muitos casos, engajamento político-social.

À luz destes achados, propomos conceituar a reabilitação inclusiva como um processo contínuo que transcende a mera recuperação ou maximização das capacidades residuais,

abrangendo dimensões físicas, emocionais, sociais e educacionais, com o objetivo último de promover a plena participação social, garantir a autonomia e melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Adicionalmente, o estudo destacou a emergência da cultura da deficiência como um paradigma em desenvolvimento que desafia ativamente as normatividades sociais excludentes e promove a igualdade substantiva. A aceitação e valorização da diversidade humana, especialmente no contexto da deficiência, revelou-se um princípio fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Portanto, torna-se imperativo que a sociedade reconheça e legitime a expressividade de todas as formas de diversidade humana, incluindo a deficiência visual, adotando uma abordagem sensível e ética que promova sistematicamente a igualdade, a não discriminação, a participação e a inclusão. Esta perspectiva não apenas reduzirá as barreiras socioambientais enfrentadas por pessoas com deficiência visual, mas também atuará como catalisadora para uma reconstrução social mais ampla, possibilitando o florescimento pleno das potencialidades de todos os indivíduos e sua contribuição significativa para a coletividade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, E. G.; GUIMARÃES, J. Saúde mental e deficiência visual. 1. ed. João Pessoa: Ideia Editora, 2017.

ANDREWS, E. Disability as diversity: developing cultural competence. New York: Oxford University Press, 2019.

BARBOUR, R. Grupos focais. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARNES, C. Exploring Disability: A Sociological Introduction. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2010.

BERTOTTI, B. M. et al. (Org.). Gênero e resistência: memórias do II encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-

2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023. Dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 out. 2023. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1526_16_10_2023.html. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRUNES, A.; HANSEN, M. B.; HEIR, T. Loneliness among adults with visual impairment: prevalence, associated factors, and relationship to life satisfaction. *Health and Quality of Life Outcomes*, v. 17, n. 1, p. 24, 2019.

DANES-STATLES, E. et al. Bullying experiences of individuals with visual impairment: The mitigating role of sport participation. *Journal of Sport Behavior*, v. 36, n. 4, p. 365-386, 2013.

DINIZ, D. Deficiência, saúde pública e justiça social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 823-841, 2012.

FLÓ, C.; MUCHALE, S. M. Como ter uma casa (mais) segura. In: KITNER, D.; JALUUL, O. (Org.). *PROGER Programa de Atualização em Geriatria e Gerontologia: Ciclo 2*. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2016. p. 151-168.

FREITAS, R. F.; ROCHA, A. M. "O olhar que não me alcança": projeção corpórea do deficiente visual apesar (ou à luz) da sociedade excludente. *Educação Física em Revista*, v. 11, n. 3, p. 49-57, 2019.

GIDDENS, A. Saúde, doença e deficiência. In: GIDDENS, A. *Sociologia*. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 428-479.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

GUEST, G.; NAMEY, E.; MCKENA, K. How many focus groups are enough? Building an evidence base for nonprobability sample sizes. *Field Methods*, v. 29, n. 1, p. 3-22, 2017.

JOISTEN, M.; ZENG, L.; WOLETZ, J. D. Accessible Interaction for Visually Impaired People. In: *PROCEEDINGS OF THE 11TH WEB FOR ALL CONFERENCE (W4A '14)*. Anais [...]. New York: Association for Computing Machinery, 2014. p. 1-4. Disponível em: <http://dblp.uni-trier.de>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MARTINS, K. P. et al. Percepção da equipe de enfermagem acerca da acessibilidade física e de comunicação de pessoas com deficiência visual. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 14, n. 2, p. 1019-1026, 2015.

MAŠIĆ, V.; FEMEC, L.; BILIĆ PRCIĆ, A. Access to rehabilitation services for adults with late onset visual impairment. *Hrvatska Revija Za Rehabilitacijska Istraživanja*, v. 53, n. 2, p. 141-151, 2017.

MEDEIROS, T. M. et al. Acessibilidade de pessoas com deficiência visual nos serviços de

saúde. Revista Enfermagem UERJ, v. 25, e11424, 2017.

MINAYO, M. C. S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 4, p. 1103-1112, 2014.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

ORGANIZACIÓN NACIONAL DE CIEGOS ESPAÑOLES. Discapacidad visual y autonomía personal: Enfoque práctico de la rehabilitación. Madrid: ONCE, 2011.

PIOVESAN, F.; SILVA, B. P.; CAMPOLI, H. B. P. A proteção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. In: PIOVESAN, F. Temas de direitos humanos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 476-498.

RANCIÈRE, J. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RESSEL, L. B. et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 17, n. 4, p. 779-786, 2008.

SETUBAL, J. M.; FAYAN, R. R. A. C.; COELHO, R. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência comentada. Campinas: Fundação FEAC, 2017.

SHAKESPEARE, T. Disability: the basics. New York: Routledge, 2018.

TAKSHARA, S.; BHUVANESWARI, G. Empowering visually impaired individuals: The transformative roles of education, technology, and social connections in fostering resilience and well-being. British Journal of Visual Impairment, v. 41, n. 1, p. 45-62, 2023.

VIEIRA, D. K. R.; FAVORETO, C. A. O. Narrativas em saúde: refletindo sobre o cuidado à pessoa com deficiência e doença genética no Sistema Único de Saúde (SUS). Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 20, n. 56, p. 89-98, 2015.

VON DER WEID, O. Provincializar a visão: esboços para uma abordagem metodológica. Teoria e Cultura, v. 11, n. 3, p. 85-97, 2017.

VON DER WEID, O. Entre o cuidado e a autonomia: deficiência visual e relações de ajuda. Revista Antropolítica, v. 40, n. 1, p. 244-267, 2018.

WAGNER, V. et al. Sintagma identidad-metamorfosis-emancipación en la trayectoria de la persona con discapacidad. Revista Bioética, v. 28, n. 1, p. 24-33, 2020.